

PROCESSO - A.I. Nº 298951.0208/03-7
RECORRENTE - FRANGOPEIXE CONGELADOS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JJF nº 0236-04/03
ORIGEM - IFMT - DAT/SUL
INTERNET - 13.10.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0524-11/03

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ESTOCAGEM DE MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O detentor de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal é responsável pelo pagamento do imposto, nos termos da legislação tributária. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Recurso Voluntário foi interposto pelo autuado contra a Decisão da 4ª JJF, que julgou o Auto de Infração Procedente – Acórdão JJF nº 0236-04/03 – para exigir imposto, por responsabilidade solidária, em razão da estocagem de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, sendo o estabelecimento regularmente inscrito no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia.

No Recurso Voluntário, o recorrente trouxe as seguintes razões:

“Alega o recorrente que as mercadorias encontradas pelo autuante foi no estabelecimento cadastrado na INFAZ como DEPÓSITO FECHADO. Visto que trata-se da extensão do estabelecimento cadastrado no seguinte endereço: Praça da Feira S/N, em Camacan – Bahia, inscrita no CNPJ sob o n.º 01726202/0002-69 e Inscrição Estadual n.º 57.247.104. As mercadorias foram encontradas estocadas em espaço físico onde funciona a Câmera (sic) Frigorífica, em FRENTE ao DEPÓSITO FECHADO devidamente cadastrado. Para o recorrente, pela distância geográfica apresentada, cerca de 10 metros de um espaço físico para o outro, sempre considerou como EXTENSÃO DO ESTABELECIMENTO CADASTRADO COMO DEPÓSITO FECHADO.

Todas as operações de entradas e saídas de mercadorias foram lastreadas/acompanhadas com notas fiscais considerando o estabelecimento onde funciona a Câmera Frigorífica, como DEPÓSITO FECHADO.

Em nenhum momento dos Autos o autuante citou que trata-se de um espaço físico EM FRENTE ao depósito fechado DEVIDAMENTE INSCRITO. Tratou RIGOROSAMENTE o conceito de estabelecimento previsto exclusivamente no RICMS (sic).

Considerar como estabelecimento clandestino um espaço físico a menos de 10 metros – em frente, no mesmo logradouro/rua – não deixa de ser uma atitude de excesso de zelo por parte do autuante. Excesso de zelo esse a revela de um insuportável ônus tributário.

Não deixa de configurar, essa atitude do autuante, como efeito de BI-TRIBUTAÇÃO / LANÇAMENTO INDEVIDO. Pois essas mercadoria já foram objeto de lançamento, inclusive de SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.”

Concluiu solicitando o cancelamento do Auto de Infração.

A representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, disse que o recorrente alega os mesmos fatos já trazidos em sua impugnação, nada mais junta ou aduz que possa modificar a Decisão guerreada, também não junta documentos, nem sequer impugna os valores levantados pela autuação.

Por entender que o julgamento de 1ª Instância analisou pormenorizadamente todas as alegações defensivas rebatendo-as uma a uma, validando a ação fiscal, considerou as razões oferecidas pelo recorrente inócuas, inaptas para proporcionar a modificação do julgamento, e opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

O presente Auto de Infração trata da exigência de imposto, por responsabilidade solidária, em razão da estocagem de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, sendo o estabelecimento regularmente inscrito no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia.

Vejo, nas razões apresentadas no Recurso Voluntário, que o recorrente, em franco desespero, tenta desvirtuar a acusação em lide.

Não está a se exigir tributo em função do estabelecimento onde se encontravam as mercadorias estocadas ter sido acusado de clandestino (sem inscrição estadual). O que se acusa é a estocagem destas sem a competente documentação fiscal.

Então, o argumento de que o autuante teria agido com excesso de zelo, “*a revelia de um insuportável ônus tributário*”, não procede.

Eu, pessoalmente, entendo que o fato da tal Câmara Frigorífica se localizar no lado oposto ao do estabelecimento autuado (depósito fechado, regularmente inscrito), o tornaria clandestino sim, posto que este necessitaria de inscrição estadual própria, mas isto não está em discussão.

Para o fato em análise – estocagem de mercadorias sem documentação fiscal – o recorrente, na sua impugnação ao lançamento apresentou algumas notas fiscais (fls. 46 a 66), com o fito de demonstrar que as mercadorias apreendidas estariam acobertadas por documento fiscal.

Ocorre que estas notas referem-se a aquisições promovidas por outro estabelecimento seu, a matriz, de inscrição estadual n.º 46.471.369, localizado na Rodovia BR 101, Vila Jardim Cruzeiro, na zona rural do município de Camacan, que, conforme se percebe no croqui apensado pelo próprio recorrente a fl. 41, dista bem mais do que os 10 (dez) metros, por ele reclamado, do estabelecimento autuado, localizado na Praça da Feira, Bairro São João do Panelinha, na zona urbana do mesmo município. (Vide informações cadastrais que anexei às fls. 99 e 100 dos autos)

Ao meu ver, os documentos fiscais apresentados não se prestam para acobertar as mercadorias objeto desta ação fiscal, sendo que nos termos do art. 39, II, “c”, do RICMS-BA/97, o autuado é responsável por solidariedade pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito, em relação às mercadorias que recebeu para depósito sem a documentação fiscal exigível.

Concluo que a autuação está correta e a infração devidamente comprovada, tudo dentro dos ditames legais, e, portanto, o meu voto é pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado pelo autuado, para homologar a Decisão recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **298951.0208/03-7**, lavrado contra **FRANGOPEIXE CONGELADOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$12.197,24**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “b”, da Lei nº 7014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de setembro de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS